Considerações sobre o método: ética e política como intensificação do pensamento

Considerations about the method: ethics and policies as intensification of thought

Sandra Raquel Santos de Oliveira

Universidade Federal de Sergipe

RESUMO:

Diante de um projeto de pesquisa que incluía perspectivas genealógicas e históricas na apreciação do encontro da psicologia com o direito, na problematização das relações saber-poder atualizadas aí, fez-se necessária uma reflexão acerca dos procedimentos metodológicos utilizados nesse processo. Era preciso lidar com a aparente incompatibilidade de fazer uso de determinado referencial teórico e a escrita acadêmica, em tudo o que isso implica burocraticamente. Articulamo-nos a propostas que sugeriam pensar nossa questão-problema não requerendo uma resposta, mas reflexões, desdobramentos. Evidencia-se, portanto, nossa proposta de uso do espaço acadêmico como meio de ativar determinada política de pensamento. Nesse sentido, nossa pesquisa não se coloca como forma de especialização e domínio de um campo específico da psicologia, adquirindo autoridade para falar dele, mas a inserção no campo configurou-se como um diálogo com as funções institucionais ali assumidas. É a construção de um olhar de “quem” ainda permanece estranho, mas construiu certa intimidade.

Palavras-chave: método; psicologia; direito.

ABSTRACT:

Before a research project that included genealogical and historical perspectives in the evaluation of the encounter between psychology and law, into the problematization of knowledge-power relations updated there, it was necessary a reflection about the methodological procedures used in this process. It was indispensable to deal with the apparent incompatibility of making use of certain theoretical and academic writing, in all that this implies bureaucratically. We articulate us to the proposals that suggested thinking in our problem-question not requiring an answer, but reflections, developments. It is evident, therefore, our proposal of use of academic space as a means of activating certain political thought. In this sense, our research is not presented as a form of specialization and thorough knowledge in a specific field of psychology, acquiring authority to talk about it, but the insertion in the field was configured as a dialogue with the institutional functions undertaken there. It is the building of a look of “who” is still strange, but it built certain privacy.

Keywords: method, psychology, law.

Diante das propostas presentes em nosso projeto de pesquisa desenvolvido nos últimos dois anos, que incluía perspectivas genealógicas e históricas tanto na

apreciação do encontro das práticas psi com as do direito quanto no entendimento do funcionamento institucional e das relações saber-poder, entre outras noções costumeiramente naturalizadas, pensamos que se fazia necessária uma reflexão acerca dos procedimentos metodológicos atualizados nesse processo, e é isso que pretendemos apresentar aqui.

De maneira geral, o trabalho visava a desenvolver o questionamento posto por Donzelot (1986) no que diz respeito ao espaço de intersecção que se abriu entre as Ciências Humanas e o Poder Judiciário. O questionamento focava-se inicialmente na euforia da perspectiva de humanização das práticas do aparelho judiciário como resultado desse espaço aberto. Nosso projeto teve como ponto de partida, portanto, um convite desse autor: observar de maneira criteriosa se essa “abertura” resultou efetivamente em práticas mais educativas e menos penais, em mais compreensão e menos sanção judiciária. Estendemos esse convite a pensar se, e como, uma “abertura” dessas pôde e pode viabilizar a extensão da intervenção do aparelho penal nos níveis mais particulares da vida das pessoas.

Além das narrativas produzidas em pesquisa desenvolvida a partir de entrevistas realizadas com psicólogos que atuavam junto ao Tribunal de Justiça do estado de Sergipe (OLIVEIRA, 2006), recorreremos às regulamentações do Conselho Federal de Psicologia, bem como a discussões contemporâneas ao nosso processo de pesquisa, tais como o crescimento da aplicação das penas alternativas e a implementação do projeto de Depoimento Sem Dano.

O objetivo geral do trabalho inscrevia-se primeiramente na problematização do lugar, ou da política da psicologia em sua articulação com o campo do direito. Mais especificamente, tratava-se de colocar em análise o modo específico de exercício de poder que implica a ocupação do cargo de psicólogo no judiciário. Era precisamente a política assumida nesse lugar que se pretendia descrever. Além disso, visava-se a observar a consistência da suposição de que os discursos de humanização colocam-se como estratégias de fragmentação das relações entre saber e poder nas articulações das práticas da psicologia jurídica. Em terceiro lugar, objetivava-se refletir acerca das relações que se estabelecem em termos de público-privado, individual-social e os modos de existir que se produzem nessas articulações, visto que pensamos esses modos de existir como suporte da prática profissional do psicólogo.

À medida em que tal pesquisa era desenvolvida, ficava cada vez mais evidente a inviabilidade ética e política de aplicar os procedimentos metodológicos hegemonicamente recomendados para as produções ditas científicas às reflexões que pretendíamos produzir. Afinal de contas, era preciso pensar de que lugar estávamos falando. Não se podia evitar o lidar com o fato de que estávamos produzindo uma escrita acadêmica - tratava-se de uma pesquisa financiada por organismos de fomento estatais -, além de uma restituição ao campo investigado, às funções¹ que as pessoas assumiram nesse processo e às instâncias burocráticas institucionais. De maneira sucinta, tratava-se do uso de certo espaço institucional para o estabelecimento de uma política que o convocava a se colocar em análise.

Desse modo, tentamos fazer alianças que permitissem “resolver” o impasse entre a natureza do problema de pesquisa e o método positivista acadêmico. Vale ressaltar que não pretendíamos uma resolução no sentido estrito do termo, tampouco encontrar um fundamento para nosso posicionamento, mas buscar um diálogo, parcerias e/ou ressonâncias diante de uma questão que é aparentemente solitária. Solitária, na medida em que fala do lugar a partir do qual falamos, onde já está previsto um modo específico de organizar o pensamento e de fazer circular os discursos. Foucault (1996) afirma que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certos números de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade.

Nesse sentido, é preciso observar o constante perigo que corremos: a captura e consequente despotencialização das nossas falas, pensamentos e políticas. Lidamos com o paradoxo permanente, ao assumirmos determinada produção de saber que está necessariamente implicada a um exercício de poder, ao mesmo em que tempo que se pretende colocá-lo em análise, em não nos deixar capturar por ele, pelas suas seduções. Lidamos também com um modo de funcionamento bem peculiar de exercício de poder, na medida em que não se trata mais de interditar discursos *non gratos*, mas de fazê-los funcionar de acordo com determinada norma. Encontramos, portanto, os espaços para nos colocarmos e a questão é *como e para que* nos colocamos? A não interdição sugere uma liberdade de circulação das falas, livre circulação dos pensamentos, dos posicionamentos. Aqui reside a grande potência desse modo de funcionamento do poder analisado por Foucault: quando não nos deparamos com o modo mais familiar e, evidentemente, modo de dominação, julgamo-nos livres.

Queremos enfatizar, portanto, que nossa produção não é livre. Em primeiro lugar, está inscrita num funcionamento institucional e apesar de nossa proposta passar por colocá-lo em análise, não ignoramos que estamos constantemente lidando com a possibilidade de ativar a escrita do instituído pelas nossas mãos, ao tempo que buscamos uma consistência entre pesquisa, escrita e política. Nesse sentido, alguns pesquisadores nos dão pistas, ou, como expressa a professora de filosofia Gagnebin (2006), oferecem-nos “um descanso à sombra.” Ela sugere pensar numa possibilidade com a qual nos articulamos: a nossa questão-problema não requer respostas estanques, mas refletir com, operar desdobramentos, problematizações. Trata-se de

*Resistir, portanto, à tentação do professor e do “intelectual” em geral de ter que encontrar uma saída, uma solução, uma lei, uma verdade, um programa de partido ou não. Agüentar a angústia. Adorno dizia que essa dimensão era uma dimensão de resistência não só ao sistema dominante do mundo administrado, mas também aos sonhos de administração do pensamento. Não querer colocar uma ordem necessária onde há primeiro, desordem, não confundir “taxinomia”, arranjo em várias gavetas com pensamento – pois pensar é, antes de mais nada, duvidar, criar caminhos, perder-se na floresta e procurar outro caminho, talvez inventar um atalho.*² (GAGNEBIN, 2006: 1).

Não desconhecemos que uma proposta metodológica dessa natureza nos traga dificuldades, outros problemas e impasses. Como recusar a procura da Verdade e, ao mesmo tempo, percorrer caminhos de produções acadêmicas outros, enunciar articulações que produzam sentido, reivindicando um espaço de exercício de poder na enunciação e ao mesmo tempo recusando-o?

Para Gagnebin (2006), é possível “compreender o ‘real’ sem violentá-lo”, sem que isso signifique abandonar a exigência das diferenciações e dos exercícios conceituais, certamente imprescindíveis a um processo de pesquisa. Trata-se de uma oposição tanto às demandas de produtividade institucionais, impostas com uma exigência de prazos que se colocam como prioritários, quanto aos “achismos”, muito comuns aos meios de comunicação atuais. Sobre a produção de outras possibilidades e práticas, impossível sem a ocupação dos espaços institucionais, estamos de acordo com Gagnebin: “Podemos exercer, treinar, mesmo numa sala de aula, sim, pequenas táticas de solapamento, exercícios de invenção séria e alegre, exercícios de paciência, de lentidão, gratuidade, de atenção, de angústia assumida, de dúvida, enfim, de exercícios de solidariedade e resistência” (p. 2).

Em segundo lugar, quanto às possibilidades de compreensão das articulações de práticas propostas aqui, encontramos na perspectiva socioanalítica uma inspiração.

Lourau (2004) nos chama a atenção para o método da Análise Institucional. Trata-se de entender as diferenciações que esse termo implica. Para ele, a análise, em termos freudianos, transforma-se em uma espécie de hermenêutica³, que se propõe fazer aparecer o que está escondido, estabelecer relações entre o que estava aparentemente escondido, reconstruindo a totalidade de uma unidade que se havia desfeito. Marx também utiliza o termo atrelado a relações que não são imediatamente visíveis e que precisam ganhar visibilidade. “Descobrir o não-dito, o censurado, foi obra de Marx e Freud, os dois grandes desmascaradores.” (Lourau, 2004: 4).

Em nosso projeto não pretendíamos desvelar algo, nem interpretar dados, tampouco correlacionar variáveis ou procurar relações de causa e efeito. Tratava-se de um exercício eminentemente descritivo. Pensamos que a descrição, numa perspectiva genealógica, evidencia articulações de práticas antes tomadas como composições naturalizadas de determinada essência do fenômeno/objeto. Acreditamos que evidenciar essas articulações, por si só, já convoca a refletir sobre a suposta natureza dada das coisas, ou pelo menos torna possível o aparecimento de alguma eventual contradição referente a essa natureza. Como mostra Lourau (2004), as manifestações de não conformidade com o instituído são, elas mesmas, reveladoras da natureza do instituído. Não se trata, portanto, de construir um discurso explicativo, mas, sim, de evidenciar as articulações que compõem determinado conjunto.

Nesse sentido, demarcamos aqui o propósito dos usos das falas produzidas no campo: não se trata de elaborar uma representação ou imagem da categoria de psicólogo jurídico a respeito de sua própria prática. O foco se coloca nas descrições de como as práticas se configuram, do que pulsa como possibilidade de fuga do funcionamento hegemônico e produção de outras práticas. Desse modo, não utilizamos um quantitativo de falas convergentes para legitimação da ideia aí presente como Verdade e tampouco desqualificamos falas solitárias. Essas últimas, tomadas enquanto particulares do funcionamento institucional, não poderiam ter sua potência de transformação negligenciada.

A inserção no campo e o consumo das falas coletadas nesse projeto de pesquisa tomaram a direção de se atentar para o que se produz como conhecimento no cotidiano. Pensamos que o lugar do especialista fica problematizado quando se estabelece a valorização daquele conhecimento que é vulgar, factual, e ainda desprezado pelos meios tradicionais de produção do conhecimento científico. Pretendíamos pôr em relevo aquilo que a ciência positivista toma como irrelevante: esse conhecimento dito ordinário

que nós, sujeitos individuais e coletivos, criamos e usamos para dar sentido às nossas práticas (Santos, 2002).

Nossa inserção enquanto pesquisadores visava a criar certa intimidade com o funcionamento do campo, ao mesmo tempo em que pretendia problematizar as possíveis fronteiras forjadas entre teoria e prática, pensando apenas em termos de práticas, que assumem modos de funcionamento diferenciados, a depender do campo em que se movimentam. Além disso, pretendia afastar-se das perspectivas em que o pesquisador, esse estranho ao campo, estivesse investido de autoridade para revelar seus problemas. Tratava-se de uma prática que desiste/resiste da/à procura da Verdade em prol de produção de assertivas parciais e circunstanciadas.

A essa altura, destacamos o modo como a noção de discurso foi usada nessa pesquisa. Discurso, aqui, equivale à prática discursiva e estratégica de exercício de poder. Ele não é, como mostrava a psicanálise, simplesmente aquilo em que se manifesta (ou oculta) o desejo, visto que - e isso a história não cessa de nos ensinar - o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo *por que, pelo que* se luta, o poder do qual queremos nos apoderar (Foucault, 2006). Nesse sentido, assumir o lugar de especialista, tornar-se um pesquisador, passa por assumir um exercício de poder específico. Significa colocar-se num lugar estratégico que requer o reconhecimento dele, apesar das forças institucionais que se exercem no sentido de ignorá-lo. A livre circulação das idéias não funciona de maneira tão ingênua e despolitizada como se costuma imaginar, portanto. Há uma ordenação dos discursos que os fazem funcionar numa modulação específica.

Foucault examina duas estratégias de organização dos discursos com as quais temos que lidar cotidianamente, na medida em que nos colocamos em contato com a produção de saber acadêmico, a saber: a disciplina e a doutrina. Enfatizamos a primeira delas: trata-se de um princípio de controle da produção do discurso; tal princípio lhe fixa os limites pelo jogo de uma identidade sob a forma de uma ritualização permanente das regras. Ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo. Essa é a ordem dos especialistas. Assumir esse lugar é “reativar uma polícia discursiva em cada um dos nossos discursos” (Foucault, 2006: 35).

Desse modo, importava-nos estar atentos aos discursos que se articulavam em nossas práticas (e vice-versa). Do jogo de forças das relações de poder nada escapa.

Estamos todos expostos, cada um ao seu próprio modo, em seu tempo e lugar específicos. Ao assumir o lugar de especialista, frequentemente enunciamos verdades que submetem os outros e às quais nos submetemos também. Constatar de onde falamos não nos afasta necessariamente desse lugar, mas evidencia os riscos que corremos. Ignorando as relações de saber e poder, pensamos estar alheios à ativação de políticas inerentes à produção de saberes. A proposta de Foucault (2006), que tomamos como sugestão metodológica, é a restituição do caráter de acontecimento ao discurso (a recusa de tomá-lo enquanto mera representação de fatos), o questionamento da vontade de verdade e a suspensão da soberania do significante.

Todas essas reflexões acerca do lugar em que se situa nossa pesquisa justificam-se quando pensamos a que ordenamento nos submetemos. Santos (2002) nos lembra do modelo de racionalidade das ciências naturais que se estende às ciências sociais a partir do século XIX. É a partir daí que, para esse autor, pode-se falar num modelo global de racionalidade científica que admite variedade interna, mas que se distingue e se defende, de maneira ostensiva e policiada, de duas formas de conhecimento não científico que se colocavam como potencialmente intrusas e perturbadoras: o senso comum e as chamadas humanidades ou estudos humanísticos. Sendo essa “nova” racionalidade científica um modelo universal, é também um modelo totalitário que exclui da categoria de racional todo conhecimento que não segue seus princípios epistemológicos e suas regras metodológicas, de acordo com os cânones ditados pelas ciências naturais.

Aqui estamos nós. Estamos longe de seguir aqueles princípios e regras metodológicas. Entretanto, assumimos um lugar de produção que é, por excelência, o seu lugar - a academia. Nossa questão de método se colocava exatamente em como fazer movimentar práticas discursivas que não se pautassem pelas regras que lhes ofereceriam automaticamente alguma visibilidade pelo simples fato de estarem investidas de legitimidade científica. O impasse estaria em como recusar esse lugar automático, institucional, de discurso de verdade e, ao mesmo tempo, fazê-lo ativar alguma potência para que não caísse no *fundo do baú das coisas esquecidas*⁴ e despotencializadas pela Ordem dos Discursos.

Essa recusa parece constituir um movimento revolucionário, mas (e por isso mesmo) corre frequentemente o perigo de captura e engessamento. Um movimento revolucionário tende a se tornar instituído, já que ambos se constituem como momentos do processo de institucionalização. Sentimo-nos impelidos a ficar atentos para que nossas práticas não estejam funcionando no sentido de manutenção de um

funcionamento instituído atualizado em práticas instituintes e aparentemente transformadoras.

Feyerabend (1985) chama a atenção para aquilo a que atualmente nos referimos como modelo totalitário das ciências naturais e que, em determinado momento histórico, funcionou exatamente como resistência ao pensamento dominante da época. A ciência surge como um sistema de pensamento, tendo a razão como critério e contribui para que o pensamento se liberte de uma tradição mística. Ela não só funciona como força revolucionária, como também se articula e cria o espaço para uma das mais importantes revoluções de nossa história: a industrial. Entretanto, como bem destaca esse filósofo, a ciência já ultrapassou esse momento.

A atenção dada a esses modos e momentos de funcionamento das forças instituídas e das forças instituintes é fundamental para não polarizá-las ou atribuir-lhes qualidades maniqueístas, caindo nas armadilhas das buscas da Verdade que eventualmente se pretende combater. Destacamos um efeito importante dos procedimentos metodológicos que frequentemente tomamos como modelo: uma tendência a simplificar o mundo. A complexidade dos fenômenos não é bem-vinda nos investimentos do modo de produção de conhecimento da ciência moderna: “A natureza teórica do conhecimento científico decorre dos pressupostos epistemológicos e das regras metodológicas já referidas. É um conhecimento causal que aspira à formulação de leis, à luz de regularidades observadas, com vistas a prever o comportamento futuro dos fenômenos” (SANTOS, 2002: 16).

Nossas propostas afastavam-se das perspectivas de redução e simplificação. Tratava-se de operar constantemente desdobramentos, desestabilizar o que está aparentemente estável, provocar fissuras no que parece homogêneo; enfim, desnaturalizar: furtar-se à natureza factual das coisas e não legitimá-las num processo de categorização. Essas propostas se inscrevem num processo que Santos (2002) chama de “crise da racionalidade do modelo científico”.

Situamo-nos nesse movimento. Especialmente na relação pouco demarcada, ou de demarcação pouco contínua entre sujeito que observa e objeto investigado. Talvez aqui esteja uma das premissas mais importantes que nos afasta do método das ciências naturais: uma das condições para a aplicação do conjunto de regras metodológicas desse modo de investigação trata exatamente de estabelecer um distanciamento claro entre sujeito e objeto. Em se tratando do modo como construímos nosso objeto - e ousamos

lançar uma dúvida quanto a esse distanciamento mesmo em se tratando de outros objetos mais “naturalmente distanciados” -, afirmamos a impossibilidade do cumprimento dessa condição básica. Nesse sentido, tornou-se salutar a invenção de outras regras, mais conformes ao nosso próprio objeto de pesquisa, o que implica uma abertura à possibilidade do diálogo com outros paradigmas científicos para as humanidades, diferentes daqueles das ciências naturais, instituídos pelo modo positivista de se pensar a racionalidade científica.

Um Outro Olhar sobre “Velhas” Falas

A questão-problema do presente trabalho já havia ganhado forma em um trabalho anterior (Oliveira, 2006), mas se redefine ao tomar como foco as estratégias de ocultação e aparecimento das relações entre saber e política nos fazeres dos psicólogos que atuam junto ao judiciário do estado de Sergipe sob forma de discursos de humanização. É importante salientar o consumo que se fez dessas narrativas, pois pensamos que o uso que se faz delas produz outras narrativas. Talvez esse tenha sido o principal motivo da elaboração de nosso projeto de pesquisa: a possibilidade de fazer outros consumos das mesmas falas. Retomamos as categorias elaboradas, colocando-as em análise, bem como recuperamos as transcrições integrais das referidas entrevistas. Garimpamos narrativas desprezadas pelo recorte elaborado anteriormente. O modo como essas falas foram retomadas atentava sobretudo às descrições das práticas hegemônicas, criando como categoria de análise “O Judiciário solicitante do Psi”. Para a eventual possibilidade de a implicação ou a sobreimplicação⁵ impedir a análise dessa encomenda, construímos a categoria “O Psi aderido ao Judiciário”.

Atentamos também para o aparecimento, nas narrativas, da psicologia como legitimadora do processo de humanização do aparelho penal, colocando-se no prolongamento de medidas como a pena privativa de liberdade, configurando a categoria “O Jurídico sustentado pelo Psi”; assim como para as práticas da Psicologia Jurídica que fornecem fundamentações para a constituição do objeto de estudo supostamente legítimo da psicologia, a saber, a interioridade humana, constituindo a categoria “O Psi sustentado pelo Jurídico”. Evidenciamos ainda práticas discursivas que ensaiavam alguma forma de resistência à encomenda do Judiciário, estabelecendo certo rompimento com o modelo de trabalho hegemonicamente definido como sendo o do psicólogo jurídico, configurando a categoria “O Psi resistindo ao Jurídico”.

Além dessas, algumas falas ganharam visibilidade a partir de discussões decorrentes do próprio processo de pós-graduação, como o abismo criado entre o lugar legítimo de produção de saber da psicologia, a academia, e o campo de práticas profissional, evidenciando como categoria de análise “A psicologia da prática e a psicologia da teoria”.

Quanto à natureza de nossos dados, tratamo-los como segmentos de discursos ou atos de enunciação, enunciados por funções institucionais. Alertamos para nosso entendimento de que o conhecimento não é produzido por sujeitos, nem individuais, nem coletivizados, mas por funções-sujeitos. Pensar em termos da fala de indivíduos estabelece uma incompatibilidade para a concepção de um campo de dispersão de fragmentos de enunciados que se articulam segundo lógicas político-afetivas constitutivas de certas funções, que fomentam nossas categorias de análise.

Considerando as propostas metodológicas aqui apresentadas, afirmamos nosso compromisso com certa política de pensamento, e o uso do espaço acadêmico como meio de ativa-lá. Nesse sentido, nossa pesquisa não se coloca como uma forma de especialização e domínio de um campo específico da psicologia, como forma de aquisição de autoridade para falar dele; a inserção nesse campo configura-se como um diálogo com as funções institucionais ali assumidas. É a construção de um olhar de “quem” ainda permanece estranho, mas já construiu certa intimidade com o campo.

Se não se trata de uma aproximação maior da Verdade, não se trata também de uma missão de distribuição de recomendações mais verdadeiras àqueles desprovidos dessa suposta iluminação científica. Ao contrário, a pesquisa e as intervenções no campo, as atuações técnicas ou em sala de aula nos aparecem como possibilidade de enfrentamento político, na medida em que desconfiamos da potência de alguns modos de ações macro-sociais organizadas.

Referências

- FEYERABEND, Paul. *Cómo defender a la sociedad de la ciência?* Em: HACKING, I. (org.) *Revoluciones Científicas*. México: Fondo de Cultura Econômica, 1985.
- FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. São Paulo: Loyola, 1996.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. *6 de dezembro de 2006*. Texto não publicado.
- LOBO, Lilia Ferreira. *Os infames da história: pobres, escravos e deficientes físicos no Brasil*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

LOURAU, René. O Instituinte contra o Instituído. Em: ALTOÉ, Sônia. (org.). *René Lourau: Analista Institucional em Tempo Integral*. São Paulo: HUCITEC, 2004.

_____. Objeto e método da Análise Institucional. Em: Altoé, Sônia. (org.) *René Lourau: Analista Institucional em Tempo Integral*. São Paulo: Hucitec, 2004.

OLIVEIRA, S. R. S. *Linhas de fuga na prática dos psicólogos no campo do poder judiciário do estado de Sergipe: uma análise das práticas*. Universidade Federal de Sergipe, 2006.

RODRIGUES, Heliana Barros Conde. Sejamos realistas, tentemos o impossível! Desencaminhando a Psicologia através da Análise Institucional. Em: FERREIRA, A.; JACÓ-VILELA, A.M.; PORTUGAL, F. (orgs.). *História da Psicologia: rumos e percursos*. Rio de Janeiro: Nau, 2005.

SANTOS, Boaventura de S. *Um Discurso Sobre as Ciências*. Porto: Edições Afrontamento, 2002.

Sandra Raquel Santos de Oliveira
Universidade Federal de Sergipe
Programa de Pós Graduação de Psicologia Social e Política
E-mail: sraquel23@yahoo.com.br

¹ Afirmando o entendimento de que, uma vez atuando em determinados espaços institucionais, o que interessa ser colocado em análise não são falas de sujeitos, entendidos como atores enunciativos, mas enunciações articuladas a determinadas funções assumidas por sujeitos, tomados de modo genérico.

² Terceira regra do que Gagnebin chamou Método Desviante, baseada numa afirmação de Walter Benjamin: “Método é desvio”.

³ Como interpretação do que está oculto.

⁴ Expressão da professora Lilia Lobo (2008), referindo-se aos “infames” de nossa história.

⁵ Em artigo publicado em 1987, Lourau propõe-se a avaliar os motivos da associação entre o termo *implicação* e palavras como engajamento, participação, investimento, motivação e esforço. O uso dessa noção está associada a julgamentos de valor destinados a medir o nível de ativismo, o grau de identificação a uma tarefa ou a uma instituição, bem como a carga afetiva investida na cooperação. Mais adiante (1990), ele renuncia a tentar fixar um sentido estrito para o termo *implicação*, propondo um novo conceito, o de *sobreimplicação*, associando-o a um ato de linguagem: “Implique-se, reimplique-se, porém não analise suas implicações!” (LOURAU, 1990/2004: 189, *apud* RODRIGUES, 2005).